

30 anos da Constituição de 1988: do golpe militar aos avanços democráticos, do novo golpe e contrarreformas de Temer à resistência popular

Rui Munizⁱ

Passados 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, saindo de um sangrento golpe militar, e em uma conjuntura de novo golpe na classe trabalhadora e na democracia do Estado capitalista, as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros buscam enfrentar as crises geradas pelas elites e sistema econômico para que garantam suas condições diferenciadas e seus monstruosos lucros em cima da exploração do povo.

E acontece o novo golpe das elites e aparelhos do Estado, começado em 21 de outubro de 2015 e consolidado em 31 de agosto de 2016, com o impedimento da Presidente Dilma, golpe que recompôs a integralidade do poder do Estado para das elites. Necessário resgatar que as elites e o sistema financeiro não deixaram de estarem participando do poder durante o período de “redemocratização”, até mesmo nos governos da Frente Brasil Popular, já que desde o primeiro governo de Lula, a partir da Carta ao Povo Brasileiro (lançada no primeiro semestre de 2002), foi apresentada claramente a opção do PT por participar da reforma capitalista a partir da estratégia de conciliar interesses. Naquele momento, questões estratégicas até então admitidas e revisadas, como não pagamento da dívida externa, reestruturação agrária e urbana, reorientaram a ação política desse campo e permitiram que os Liberais e a própria direita compartilhassem o poder (vice presidência, ministérios, economia...).

Nesse período para as Universidades Públicas, por exemplo, houve uma aparente alteração das políticas de investimento no ensino superior público a partir do Reuni, mas que na verdade contracenaram com a grande privatização do sistema nacional de formação superior e proporcionaram o aprofundamento da privatização das IFES a partir da mudança de concepção implantada com o Projeto do Ministério da Educação (2003), baseado no Projeto do Banco Mundial para o Ensino Superior nos países do terceiro mundo, de 1998.

Mas o golpe se consolidou a partir da interrupção de um governo legítimo da Presidenta Dilma, mesmo que esse estivesse distante da pauta social e dos trabalhadores, mas que também não mais representava e atendia os interesses dos industriais, financistas e banqueiros, que no golpe buscaram garantir sua intenção de contrarreformas. Esse golpe não é apenas um passo dos capitalistas em direção a mais uma reestruturação do capitalismo no

Brasil, mas a imposição de um novo modelo de reprodução internacional do capital onde os trabalhadores se mantêm responsáveis pela produção e criação de riqueza, mas não são os únicos capazes de engordar os resultados financeiros dos investidores nacionais e internacionais.

A política de Temer, expressa em reformas na Constituição, assume feição de um golpe militar, porque suas concepções apontam para retirada de direitos dos trabalhadores com sustentação das elites de capitalistas e financistas nacionais e internacionais. Essa política regressiva de direitos para os trabalhadores tem provocado a rejeição generalizada às contrarreformas, seja nas movimentações de 29 de novembro e 14 dezembro de 2016, e da Greve Geral de 24 abril e ocupa Brasília e o Brasil dia 24 de maio de 2017, onde ficou demonstrado que a correlação de forças pode ser alterada para os trabalhadores se há enfrentamento com as políticas golpistas do governo.

Da mesma forma, na Greve Nacional da FASUBRA em novembro e dezembro de 2017, a ocupação do Anexo C do MPOG, o trancamento do Anexo 2 da Câmara e a ação na frente da residência do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sem reações de força por parte do governo, que recebeu os grevistas em duas reuniões, demonstra que as ações de rua e de massa, associadas a movimentações parlamentares e diálogo com a sociedade, são capazes de alterar favoravelmente a correlação de forças.

No entanto, o cenário atual demanda novas e mais amplas estratégias a serem apontadas para os trabalhadores. A compreensão sobre Frentes de Esquerda e a alternativa de unidade das esquerdas, a partir da unidade de ação entre todos que defendem o Socialismo, deve estar assentada em um terreno comum onde as estratégias das Forças Políticas são respeitadas e as identidades comuns são os fundamentos. O eixo central não é apresentar alternativas ao capitalismo, como faz a socialdemocracia, que é a infiltração da burguesia na Classe Operária, mas sim apontar alternativa e direção à classe trabalhadora.

A Plataforma VAMOS, enquanto alternativa, tem por finalidade discutir os problemas brasileiros, além de tentar apontar novos rumos para o Brasil e a esquerda brasileira. O princípio do movimento é criar um projeto popular, construído de baixo para cima, longe da velha prática de decidir o futuro do Brasil à portas fechadas, de cima pra baixo. O VAMOS está orientado em torno de 5 eixos fundamentais: Democratização da Economia; Democratização da Política e Poder; Democratização da Cultura e dos Meios de Comunicação; Democratização dos Territórios e do Meio Ambiente; e Programa Negro, Feminista e LGBT.

Outra movimentação é a possível nova edição da Carta ao Povo Brasileiro, que deverá propor um novo acordo de conciliação, só que dessa vez, como se tem notícia, não será desatinada ao mercado financeiro, mas à classe média, objetivando fugir do rótulo de populista e reafirmar um compromisso com a responsabilidade fiscal. Nessa alternativa há claramente, diferente de VAMOS, uma orientação de projeto partidário, o que poderá distorcer frontalmente a amplitude da composição das Forças da Sociedade, tanto no que diz respeito à concepção de Frente de Classe, quanto com relação ao Eixo Central.

Nesse cenário, não devemos nos confundir ou criar disputas superestruturais no ambiente da Classe Trabalhadora. Temos de construir estratégias de concepção, que resguardem os interesses da Classe Trabalhadora, o mais ampla possível e unificadas para sair da política defensiva e construir movimentações ofensivas, enquanto um papel estratégico da classe trabalhadora e de todas as organizações populares, sindicais, partidárias que se mostram alinhadas aos reais interesses da classe trabalhadora e por um Estado justo e que garanta condições iguais para todas e todos.

Não podemos nos confundir e contaminar com as concepções da social democracia, porque essa se sustenta na burocracia que limita e impede a construção das rupturas democráticas, que exigem uma maior amplitude política que o capitalismo permite.

O acúmulo de 30 anos, que segue

Em meio à transição lenta gradual e segura, proclamada pelos militares e elites golpistas de 1964, abriram-se nesgas de perspectivas democráticas que passaram pelo retorno dos exilados políticos, às possibilidades de eleições presidências diretas em 1984, não consolidadas, e as perspectivas de uma constituinte que garantisse avanços em 1988, todos momentos com contorno determinado pelas elites para que fosse resguardada a ordem social.

No debate das políticas populares, naquele momento, circulavam posições de extrema esquerda, onde claramente nos posicionávamos, até outras correntes que defendiam um reformismo socialdemocrata com melhorias que garantissem nem que fosse o mínimo de avanços sociais, por concepção ou medo dos retrocessos que poderiam retornar. Uma coisa estava identificada pelos trabalhadores: o embate difícil e a dúvida se havia um preço político a ser pago pela esquerda aos dominantes das elites e militares, que sob pressão admitiram a “abertura política”, mas se posicionavam no marco das reformas capitalistas.

E a pauta dos trabalhadores, em contrapartida, buscava a revolução agrária e urbana, a reestruturação educacional, combate a miséria e exclusão social e política, o enfrentamento às

desigualdades, não pagamento da dívida externa, reforma política de base, reestruturação dos movimentos sociais desatrelados do Estado, entre outras. Mas estava claro, também, que eram muitas promessas e os que detinham o poder não queriam perder suas condições favoráveis, o que estabeleceu a polarização social como estratégia da disputa.

No campo da esquerda, o debate de marcar posição ou garantir avanços, portanto, acontece de forma natural nas movimentações do campo popular e proletário, concebidas em políticas com caráter de lutas de classes ou por atendimento a necessidades imediatas das necessidades políticas e econômicas para os trabalhadores. Para as elites nacionais, o debate se concentrava entre a construção de um modelo nacional, que se enfrentou com a capitulação às políticas dos Estados Unidos da América e aos ditames do capital internacional, independente de submeter o Estado à dependência política e econômica e a maioria do povo à uma condição social miserável.

O jogo de interesses que permeia o novo golpe e as mudanças necessárias

Diferentes setores políticos conservadores e reacionários, liberais e da direita ortodoxa, têm no golpe de 2015 perspectivas radicais em seus interesses econômicos, políticos e de concepção do Estado, alinhados em uma estratégia de “Ordem e Progresso”. Dentre as concepções que apresentam estão a submissão ao sistema financeiro, conservadorismo dos regramentos para as relações sociais e trabalhistas e a subalternação dos interesses da maioria do povo do campo e da cidade aos regramentos impostos pelos capitalistas e suas regras organizativas.

A estratégia do governo é objetiva, para a consolidação do golpe e efetivação das mudanças na estrutura do Estado:

- reformar a Constituição Federal de forma antidemocrática, por meio de artifícios legislativos;
- efetivar rupturas de concepção no Estado alterando suas funções estratégicas, a partir dos poderes institucionais do legislativo e do judiciário, alterando inclusive as normas e condicionantes;
- minimizar o Estado por transferência dessas funções estratégicas à exploração financeira;
- conduzir a política central com relação à classe trabalhadora, que é de garantir a máxima exploração e não permitir o exercício da cidadania das trabalhadoras e trabalhadores a partir da proibição ou limitação da auto organização e da organização em estruturas autônomas do Estado e livres em sua democracia e tomadas de decisões;

- destruição das alternativas de poder e das organizações da classe trabalhadora, seja pela própria estrutura do Estado, vide operação Lava Jato e outras, além do estabelecimento de concepções ideológicas operadas pela mídia, com o fim de alterar a compreensão da realidade; e

- restringir direitos civis e democráticos, bem como alterar as condições de intervenção de forças armadas, militares e policiais, responsáveis pela repressão dos movimentos sociais.

No fundo, eles pretendem garantir as diferenças sociais pela imposição de regramentos para impedir a plena democracia operária e a construção de políticas de resistência e enfrentamentos.

A intenção é instrumentalizar a estrutura de Estado para que suas funções e os regramentos tenham uma condição de funcionalidade para o sistema, desonerando os capitalistas e garantindo que o apartheid social seja mantido. Garantir a economia liberal e o sistema financeiro, restringir direitos, essa é a resolução para a “crise”.

A defesa dos objetivos de Classe

A Constituição de 1988, enquanto concepção defendida pelos representantes da classe trabalhadora, deveria ter em seu escopo a formalização de dispositivos que oferecessem às trabalhadoras e trabalhadores direitos de cidadania, inclusive de livre organização e relações sociais e de trabalho justas. Com isso, buscava-se uma base política e institucional para fortalecer o atendimento de suas necessidades imediatas e, se possível, históricas.

No entanto, não se conseguiu garantias *pétreas* para as trabalhadoras e trabalhadores na Constituição, como direitos fundamentais de ocupação da terra ou a não inexistência de propriedades privadas, por exemplo. Tampouco, não se conseguiu garantir que novos golpes acontecessem, proporcionados pelo ordenamento político, legislativo e jurídico do Estado, operado pelas elites.

Como pautas fundamentais, pairam ainda a questão da urbanização e a ocupação da terra nas grandes cidades, a questão agrária, a produção de alimentos para o povo e a extinção da fome, a educação como problema maior, o desemprego, a desregulamentação do trabalho e a miserabilização, a saúde, o adoecimento e o sofrimento de trabalhadoras e trabalhadores, a inexistência da manutenção direta da vida para o povo.

E o que verificamos, na conjuntura política, é que a maioria do povo não acredita na democracia burguesa, não se satisfaz com a democracia de fachada proporcionada pelas elites

e, portanto, busca verdadeiramente uma democracia e um Estado que garantam atendimento a necessidades imediatas e também às voltadas para o futuro. O povo não quer o passado de golpes e reformas e, contra esses, têm resistência e o inconformismo de quem deseja direitos e mecanismos que garantam esses direitos. O povo quer Partidos Políticos que sejam seu representante real, sob seu controle e subordinação política; organizações sindicais que sustentem a cidadania plena, organizações populares que estejam alinhadas e se sustentem na consciência de classe, que enfrentem o monopólio de direitos e o poder político da classe dominante, que efetivamente lutem por garantias sociais.

Só a partir disso a classe trabalhadora e seus democráticos representantes poderão resgatar seus intentos de 30 anos passados, que remontam a construção de suas intervenções no início dos anos 80, como os 10 principais pontos de pauta dos movimentos sociais que refletiram na intervenção durante a constituinte de 1988:

- fim do monopólio do poder estatal por minorias dominantes, pela instalação de uma democracia efetivamente da maioria;
- restrição do uso da força militar e policial;
- fim da propriedade privada, responsável pelas desigualdades, injustiças e diferenças de condições;
- autodeterminação do país com relação aos países mandantes no sistema econômico, com a prioritária proteção da vida, das pessoas e ambiente natural;
- universalização de direitos civis e políticos;
- reforma política que garanta a plena liberdade de organização e de competição, garantido processos democráticos e impedindo a influência de grupos de minorias no poder, dos mais ricos e dos burocratas e tecnocratas;
- não à privatização do público e das funções estratégicas do Estado, de forma direta ou indireta, como saúde, educação, habitação, emprego, infraestrutura, economia, entre outros;
- fortalecimento da liberdade e autonomia de sindicatos, federações de sindicatos, organizações populares e culturais;
- reduzir e eliminar as desigualdades de classes; e
- igualdade das oportunidades educacionais, com o fim da comercialização e tecnificação do ensino do segundo e terceiro graus.

Portanto, não há consenso dos trabalhadores com os interesses das elites, não há como compartilhar poder quando a burguesia não quer compartilhar saúde, educação, habitação e emprego e segurança. Não há como pactuar a não ser com a compreensão dos intentos do povo, incorporação de suas necessidades e seus valores. Para tanto, Florestan Fernandes chama para atentarmos que precisamos garantir a convergência nas pautas populares, porque só com o *“amadurecimento da luta de classes poderá nascer a proletarização do coração e da consciência intelectual.”*

A continuidade do novo golpe

O golpe que vivemos segue seu curso, do impedimento de Dilma às vinculações das estruturas e superestruturas de poder, amarradas pelo Congresso Nacional, Judiciário em seus níveis de poder, sustentado pela mídia em sua insistente manipulação ideológica. Das rupturas de Estado, passando pelas alterações das funções estratégicas de Estado, com privatizações e diminuição de serviços, chegando a reformas estruturais, o governo de Temer e suas reproduções nos Estados da União e Municípios, propagam a rede de implantação do programa liberal e de direita no país inteiro, política também sustentada no Programa “Uma Ponte Para o Futuro, MDB/2015.

Na estrutura do Estado, para as elites o impasse das candidaturas, quem representa melhor os interesses e quem teria melhor capacidade de enfrentamento eleitoral, alinhado ao fato de que a esquerda pode estar com capacidade de garantir a vitória nos processos eleitorais de 2018, podem levar os capitalistas a optarem pela receita do pré-golpe de 1964, o parlamentarismo moderado. Na verdade, com o risco da derrota eleitoral, essa seria uma tentativa de deslocamento das decisões do presidencialismo com a desconstrução da luta de classes e o estabelecimento de um novo caráter para os governos a partir da reorganização política no Estado, permitindo que as elites seguissem determinando mais facilmente as decisões e os rumos do Estado.

A alternativa estratégica para os trabalhadores

O Enfrentamento às contrarreformas é, antes de tudo, neutralizar as ações do governo e potencializar as propostas da classe trabalhadora, sem oportunismos, dogmatismos e ilusões fáceis de serem ditas. Nossa estratégia de luta e poder não se alinha ao comprometimento com a democracia burguesa do Estado tal qual conhecemos, que tem por função se autorreproduzir.

De outro lado, as ações do governo partem da mídia, alinhadas ao governo, que tem como intenção produzir um efeito de “conhecimento” da realidade, reduzir a desconfiança e o descontentamento com as condições sociais e políticas, buscando o convencimento de massa para com isso diminuir o nível de tensionamento, que é consequência das diferenças sociais e do modo autoritário de exercício de poder pelo governo.

Mas além dessa perspectiva de atuação, no andar de cima dos poderes de Estado, o governo se encontra em um ambiente onde é necessário satisfazer as sofisticadas e fisiológicas intenções das diferentes frações da direita nacional e internacional, que causa grande instabilidade em sua intenção graças à incapacidade que tem de construir um acordo na superestrutura do Estado que consiga consolidar um acordo nacional desenvolvimentista e manter os interesses dos capitalistas no poder. Daí a aprovação das contrarreformas, a maior abertura da economia, a política de deslocamento dos recursos públicos para o sistema financeiro, a redução de direitos sociais e o pacto de sobrevivência aos corruptos dos poderes do Estado e dos corruptores capitalistas.

A incapacidade do governo de Temer está explicitada na baixa aprovação do governo até a utilização de Decreto de Estado de Sítio em Brasília dia 24 de maio de 2017, um cenário extremo que nem mesmo a direita quer para si. Sobre o Decreto, assinado dia 24 de maio, com data de 24 de dezembro de 2016, corrigida a data dia 25, dia em que foi revogado, cabe o entendimento que possivelmente a data de dezembro foi colocada porque estava pronto para ser assinado dia 14 de dezembro, data da votação da PEC 55.

A imponderabilidade da conjuntura frente a tamanhas instabilidades e possibilidades de acontecimentos se agudiza para a direita, mesmo que consiga estabelecer o acordo de superestrutura com os do “andar de cima”, o que coloca o governo em condição de controle relativo da superestrutura mas dependente de rupturas de sustentação e denúncias, sem capacidade de atuar na sociedade e com risco de enfrentamentos sociais de maior gravidade a partir dos movimentos de massa, que devem crescer.

A partir dessa realidade, podemos reduzir a três os maiores desafios estratégicos para a construção de uma alternativa de classe para o enfrentamento e na construção de um projeto de nação que atenda à classe trabalhadora: a Unidade de Classe na ação, um Programa de Classe para o Brasil e uma direção capaz de orientar a classe nos processos de luta e na disputa pelo Estado.

1. Unidade de Classe na Ação

As políticas vivenciadas pelos governos da Frente Brasil Popular em seus anos de poder no Estado, de garantir o superávit primário, pagamento dos juros da dívida pública e os lucros dos capitalistas, em muito não contribuíram na construção da unidade de ação das forças de esquerda no Brasil. No entanto, temos vivido nos últimos meses uma nova conjuntura, a partir do golpe estrutural e do impedimento de Dilma, onde o entendimento de classe sobre a necessidade de enfrentar a reestruturação dos capitalistas, com rupturas de Estado, construção de acordos na superestrutura e contrarreformas que arrancam direitos dos trabalhadores e dos pobres, fizeram a movimentação da esquerda em torno de um plano de lutas e ações que oferecessem direção e unidade de ação de classe para deslocar a correlação até então desfavorável aos trabalhadores.

O entendimento comum parte em barrar os ataques do governo e do Congresso Nacional aos direitos da classe trabalhadora, sendo preciso colocar os trabalhadores na linha de frente dessa batalha. Contudo, a consciência que a realidade nem sempre é entendida simultaneamente pelo conjunto da classe, tampouco as organizações conseguem garantir em suas estruturas os encaminhamentos políticos e organizativos necessários, o primeiro desafio para alterar a correlação de forças entre os trabalhadores e os capitalistas é garantir a unidade de ação com o respeito democrático às organizações e suas estratégias de luta.

Mas a realidade é mais complexa: é necessário considerar que em meio à luta estarão os burocratas sindicais, responsáveis por décadas de traições, imobilismo, redução de empregos, salários e direitos, preocupados com os milhões que recebem de imposto sindical para garantir seus privilégios, e esses em parte estarão conosco em seus limites. Além disso, há desequilíbrios na capacidade e força de representação, com organizações que concentram setores estratégicos e explorados da classe trabalhadora, importantes na luta. Como exemplo, dos mais de 12 milhões de terceirizados no país, a UGT (central que representa interesses parciais e corporativos dos trabalhadores, sem nenhuma perspectiva de enfrentamento à ordem e aos patrões, ou que ameaça o sistema capitalista) concentra os maiores sindicatos de empresas terceirizadas e apenas um de seus sindicatos de base concentra 700 mil terceirizados em sua base em São Paulo. Pois os trabalhadores dessa base, com relações de trabalho rebaixadas e frágeis, em uma difícil condição de enfrentamento, estão reféns de uma Central Sindical que pode, daqui a pouco, romper com a Unidade das Centrais na luta contra as contrarreformas e o golpe de Estado, justamente porque não tem compromisso com a luta de classes.

Portanto, temos uma disputa de direção das massas trabalhadoras onde o centro para nós é ideológico, que repercute na estratégia a ser adotada pelo movimento e nas construções organizativas e que atenda às expectativas imediatas da classe trabalhadora. Lutamos por uma transformação profunda da sociedade, e a unidade das esquerdas deve estar sustentada pela unidade de ação entre todos que querem o socialismo em uma frente única, em um terreno comum. Dessa forma, nossa estratégia não está comprometida em apresentar alternativas ao capitalismo, como faz a socialdemocracia, que é a infiltração da burguesia na classe operária.

2. Construção de um Programa que garanta reformas estruturais alinhadas aos interesses da classe trabalhadora da cidade e do campo

Seguindo o método adotado, trazendo a comparação de momentos históricos do Brasil para a construção de entendimentos, o cenário de antes do Golpe de 1964, quando Jânio renuncia e João Goulart ascende ao governo a partir de um acordo no parlamento, com discordância clara dos militares, quando o Brasil estava envolto em crises na economia e na política. Naquele momento, entre as medidas, previa-se o controle do déficit público e, ao mesmo tempo, a manutenção da política desenvolvimentista com captação de recursos externos para a realização das chamadas Reformas de Base, que eram medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista que previam uma maior intervenção do Estado na economia. Nessa ampla denominação de Reformas de Base, que eram estruturais, incluíam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional. Defendia-se também o direito de voto para os analfabetos e para os militares de patentes subalternas. Além disso, eram propostas medidas de corte nacionalista, com maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

Ratificando as propostas que pautaram aquele momento histórico, alinhado à tarefa central de combate às rupturas de Estado que vivenciamos, é necessária a construção de um projeto de sociedade e de desenvolvimento do Brasil sob controle dos trabalhadores, onde na construção teremos certamente consenso em sete grandes campos de abrangência social:

– Reforma educacional, que garanta a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis, o combate ao analfabetismo e uma reforma universitária que garanta desenvolvimento nacional autônomo, garantindo com isso o planejamento da sociedade e o emprego cidadão;

– Auditoria Cidadã da Dívida, contra a financeirização da economia e limite da remessa de lucros para o exterior;

- Reforma fiscal, que promova a justiça fiscal e a taxaço das grandes fortunas e estabeleça a arrecadação necessária para que o Estado garanta a contrapartida em funções públicas como saúde, saneamento, entre outras;
- Reforma eleitoral, que garanta processos democráticos e a operação dos partidos operários;
- Reforma urbana, que entenda à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias;
- Reforma agrária, que promova a democratização da terra estendendo ao campo os direitos dos trabalhadores urbanos;
- Garantia de infraestruturas estratégicas sob o controle do Estado como comunicação, energia, proteção ambiental, entre outras.

3. Construção de uma Candidatura: direção capaz de orientar a classe nos processos de luta e na disputa pelo Estado

As condições políticas brasileiras, dependentes e consequência da superestrutura do Estado, estão integralmente determinadas pelas vontades dos interesses capitalistas de produção e financiamento. Essa condição determina que a direção de enfrentamento e exercício de poder, que irá representar a classe trabalhadora, esteja operada por militante de esquerda que represente e responda de forma objetiva às condições concretas da realidade, seguindo os caminhos determinados democraticamente pela classe trabalhadora. Essa condição original é princípio, porque toda política a ser efetivada dependerá da ligação às massas, porque uma direção sem às bases, separada das bases, estará sujeita a cometer graves erros em um Estado em disputa.

O contorno de alianças partidárias, representante das composições e expressão acordada das estratégias e concepções de uma Frente de Esquerda, que tem por função sustentar os processos de disputa e operação do poder, e tem como tarefa a indicação de representante de largo espectro na esquerda com capacidade de ouvir, refletir e dirigir, dogmaticamente obediente ao Programa Social de Governo e às instâncias populares de decisão.

A construção de uma candidatura, portanto, deve ser expressão dos movimentos sociais de massa, com identidade socialista e envergadura de representação, forte para resistir, estratégico no avanço das mudanças sociais.

Os Movimentos Sociais de Esquerda têm, em sua intervenção, líderes de base, como nos Partidos Políticos e Frentes, como a Frente Brasil popular e a Frente Povo Sem Medo, que tem

como referência de direção Guilherme Boulos. A construção deverá garantir a centralidade da luta na disputa de hegemonia de classe, na construção de um programa de referência na classe trabalhadora, com uma proposta ofensiva de composição.

Por outro lado, a estratégia de eleger uma bancada parlamentar aguerrida não é suficiente, principalmente porque o Programa, diferente dos Mandatos que são limitados pelos regramentos do Estado, terá a função de assentar bases para mudanças que não estarão no ambiente admitido na estrutura do Estado, tal qual existe. As bases de um novo governo, com identidade de classe, deverão garantir e estar posicionado de tal forma que a classe trabalhadora esteja acima dos partidos e o socialismo acima do poder do Estado. Estaremos proclamando a alteração da ordem social existente contra a violência institucionalizada à classe trabalhadora pelo Estado burguês, seja por sua opção ou por suas forças repressoras, o que nos colocará alinhados com as aspirações operárias mas em enfrentamento com a estrutura e os aparelhos do Estado.

O método, o desafio e o acúmulo

Precisamos aprofundar nossos debates, construir capacidade de ação mesmo onde as diferenças sejam feitas com desconfiança. O entendimento primeiro é o de que nós, socialistas, não iremos nos comprometer com a democracia burguesa. Precisamos romper com as diferenças, encontrar a melhor avaliação e construir a estratégia adequada. Participação popular, autodeterminação e autogestão são métodos que servem às trabalhadoras e trabalhadores para a elaboração dialética e tomadas de decisões.

Precisamos preparar os trabalhadores para o enfrentamento com os detentores do poder; precisamos proporcionar o ambiente democrático para que se faça o confronto da crítica com a realidade concreta, sem aburguesar nossa concepção de classe, marxista. O risco para a classe trabalhadora é o de não conseguirmos instaurar o poder nas instâncias do aparelho do Estado; o risco será o de continuar enfrentando a ordem imposta pelo Estado da classe dominante. Como vimos lutando, nos restará a desobediência civil como instrumento de confrontação ao poder do Estado e acumular.

Revisão

CARLOS OLIVEIRA – Funcionário da ASSUFRGS Sindicato

GLÓRIA SOUZA – Coordenadora de Saúde e Segurança do trabalhador ASSUFRGS Sindicato, Presidente da COSAT/ICBS, Presidente do Conselho de COSAT da UFRGS - CONSSAT/UFRGS, Representante TAE no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRGS – CEPE/UFRGS

Consultas

CARDOSO, Rodrigo Mendes. **A INICIATIVA POPULAR LEGISLATIVA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE AO REGIME DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM BALANÇO**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, 2011

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e Ação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989

NASCIMENTO, Mariana Lucena. **A construção de uma Constituição: um resgate histórico do processo constituinte de 1987/1988 a partir do Diário da Assembleia Nacional Constituinte**. Conteúdo Jurídico, disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-construcao-de-uma-constituicao-um-resgate-historico-do-processo-constituente-de-19871988-a-partir-do-diario-,45403.html> , consulta em 03 de março de 2018

TRAJTENBERG, Marília El-Kaddoum. **Constituinte de 1988: Uma etapa da construção de hegemonia do capital multinacional no Brasil**. Natal: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013

ⁱ Rui Muniz, Coordenador Jurídico ASSUFRGS Sindicato, Coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida RS, Representante TAE no Conselho Universitário da UFRGS - CONSUN/UFRGS, Representante da Comunidade Externa no Conselho Superior IFRS, Representante da Comunidade Externa no Conselho do Campus Porto Alegre IFRS, Membro da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho – COSAT FAGRO/UFRGS